



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 6172, DE 2016

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Regulamenta a Profissão de
Aeroportuário e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A profissão de aeroportuário fica regulamentada pelas disposições da presente lei, sem prejuízo de outras normas que a complementem.

Art. 2º Independentemente da nomenclatura conferida ao cargo ocupado, com as exceções previstas, é considerado trabalhador aeroportuário aquele que, não sendo aeronauta ou aeroviário, pertence à categoria diferenciada dos aeroportuários e exerce função remunerada nos serviços terrestres em:

I - Empresas administradoras de aeroportos, públicas ou privadas, da administração direta ou indireta;

II - Concessionárias devidamente autorizadas pela União, Estados e Municípios e em empresas contratadas ou subcontratadas pelo poder público ou privado com atuação no sistema aeroportuário; e em

III - Empresas públicas e privadas que exploram os serviços de informação aeronáutica, manutenção, meteorologia e radiotelefonia destinados ao controle de aeródromo e às telecomunicações locais, com exclusão daqueles vinculadas exclusivamente ao controle do espaço aéreo;

VI - Aeródromos, helipontos e heliportos.

Parágrafo único. A eventual exigência de licenças técnicas, licenças de órgãos de classe ou certificados emitidos por autoridade competente, quando necessária ao exercício de atividades específicas, não retira a classificação de aeroportuário prevista neste artigo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º O exercício da profissão de aeroportuário em todas as suas atividades é garantido por esta lei, e independe de pagamento de taxas ou anuidades a qualquer conselho de profissão.

Art. 4º São atividades do trabalhador aeroportuário, entre outras:

I. A execução de atividades de controle de embarque, desembarque, segurança e controle de raios-X, exercidas nos Terminais de Passageiros – TPS;

II. Execução de atividades de manuseio e controle de embarque e desembarque de cargas, exercidas nos Terminais de Logística de Carga - TECA, sejam elas de responsabilidade da empresa ou de sua contratada;

III. As atividades de manutenção do sistema aeroportuário, entendidas como o controle e execução das atividades de manutenção das instalações de infraestrutura aeroportuária;

IV. As atividades de administração aeroportuária, entendidas como a execução do controle administrativo das atividades da infraestrutura aeroportuária, de aeródromos, helipontos e heliportos;

V. As atividades de operações e segurança aeroportuária, entendidas como a execução das atividades de controle, acompanhamento e fiscalização da área operacional, bem como fiscalização de pátios, pistas e sinalização de aeronaves;

VI. O serviço radiotelefônico prestado em torres de controle de aeródromo e em estações de telecomunicações aeronáuticas, o serviço de meteorologia e de informações aeronáuticas, a instalação e manutenção de equipamentos locais relacionados ao pouso e decolagem e os serviços administrativos correspondentes, com exclusão daqueles serviços ligados exclusivamente ao controle do espaço aéreo;

VII. As atividades do setor comercial aeroportuário;

VIII. A engenharia aeroportuária e outras atividades a ela correlatas;

IX. As atividades de bombeiro aeroportuário;

X. As atividades de serviços de apoio e suporte.

§1º Nos serviços de manutenção previstas no inciso III do caput estão incluídos, além de outros profissionais aeroportuários que exerçam funções relacionadas com a manutenção da infraestrutura aeroportuária, os engenheiros e os mecânicos designados para a manutenção da infraestrutura aeroportuária.

§ 2º Nos serviços de administração previstas no inciso IV do caput estão incluídas as atividades compreendidas pelas profissões liberais, tais como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

instrução, escrituração, contabilidade, ouvidoria, planejamento e outras relacionadas com a organização técnica e comercial, regulamentadas ou não, pertinentes à organização geral das empresas.

Art. 5º A entidade contratante poderá exigir do profissional aeroportuário a apresentação de diplomas, certificações ou aprovação em exames de aptidão para o exercício de funções ou atividades específicas, além do registro em conselhos regularmente instituídos.

Parágrafo único. As despesas com renovação de certificados, licenças, registros em conselhos e anuidades necessários à prestação dos serviços aludidos por esta lei, serão suportadas integralmente pelo empregador.

Art. 6º Conselhos de profissão ou entidades similares não cercearão a liberdade do exercício profissional estabelecida por esta lei.

Art. 7º A duração normal do trabalho do aeroportuário não excederá:

I. 36 horas semanais, para os profissionais que trabalhem sujeitos a escalas em turnos fixos ou de revezamento; ou

II. 40 horas semanais nos demais casos.

§ 1º A prorrogação do horário de trabalho é permitida até o máximo de duas horas, só podendo ser excedido este limite nas exceções previstas em lei ou acordo coletivo de trabalho.

§ 2º Nas jornadas superiores a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo de descanso de, no mínimo, uma hora e, máximo de duas horas.

§ 3º Nas jornadas que superiores a quatro horas diárias será obrigatório um intervalo de, no mínimo, quinze minutos para descanso.

§ 4º Serão observados os intervalos de descanso e repouso de atividades previstos em normas específicas.

Art. 8º Ressalvada a liberdade contratual, a remuneração do aeroportuário corresponderá à soma das quantias por ele percebidas do empregador, exceto as parcelas de caráter indenizatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 9º Fica estabelecido o dia 17 de novembro como o Dia do Trabalhador Aeroportuário.

Art. 10 Fica estabelecida a data de 1º de maio como a data-base da categoria aeroportuária, para efeito de negociações coletivas de trabalho.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de Julho de 2017.

Deputado WILSON BESERRA
Presidente em exercício